

ENTRE POLARIZAÇÕES ECONÔMICAS E CRISES POLÍTICAS: O SEGUNDO GOVERNO VARGAS NAS PÁGINAS DO JORNAL O GLOBO

Alexandre Bruno Barzani Santos¹, Albene Miriam Menezes Klemi²

1. Estudante do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (ICH-UnB)
2. Professora do ICH-UnB - Departamento de História/Orientadora

Resumo

A pesquisa objetiva identificar como o jornal O Globo cobriu a política econômica do Segundo Governo Vargas, particularmente ao que reporta às propostas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e às da Assessoria Econômica da Presidência. Priorizou-se as matérias sobre o Plano de Reaparelhamento Econômico, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Petróleo Brasileiro S.A e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Por fim, verificou-se como a crise política de 1954 foi abordada em suas páginas. A investigação apontou que o diário cobriu os acontecimentos econômicos sob o prisma da abertura externa, da entrada de recursos privados nos setores nacionais e da desaprovação de monopólios estatais. Concomitantemente, respaldou o modelo de economia mista a empresas símbolos do desenvolvimentismo e tributou manchetes comedidas ao suicídio presidencial. Concluiu-se que o vespertino compôs, de forma moderada, o grupo de periódicos da grande imprensa opositora à política econômica de então.

Palavras-chave: Grande Imprensa; Getúlio Vargas; Políticas Desenvolvimentistas.

Trabalho selecionado para a JNIC: UnB.

Introdução

O posicionamento da grande imprensa frente ao Segundo Governo Vargas é um dos assuntos mais abordados pela historiografia especializada no estudo deste período. A essa imprensa é atribuído um papel central na geração e condução da crise que provocou o término prematuro do mandato presidencial de Getúlio, com o seu suicídio em 1954.

De circulação diária e regular, atingindo entre 60 a 100 mil exemplares ao dia, a grande imprensa era formada pelos Diários Associados, Diário Carioca, Correio da Manhã e o objeto desta pesquisa, O Globo. O conglomerado, segundo Skidmore (1982) e Sodré (1983), defendia a corrente econômica liberal para a disposição financeira nacional, advogando em suas páginas pela mínima intervenção do Estado na economia e pelo máximo de liberdade ao fluxo de capital e de mercadorias no país.

Esses posicionamentos estariam em oposição ao programa governamental de Getúlio Vargas, denominado como nacional-desenvolvimentista, o qual concorria para o progresso industrial da economia brasileira através da significativa participação ou monopolização estatal nas áreas de transporte, energia e de base, como também pela intervenção regulatória no fluxo cambial e na importação/exportação.

O Globo, fundado no Rio de Janeiro no dia 28 de junho de 1925, era o jornal de maior circulação no Distrito Federal, conforme os dados do Anuário Brasileiro de Imprensa – 1950 a 1957 (RIBEIRO, 2007). Ainda que ocupante de posição principal na grande imprensa, não há na bibliografia da História da Imprensa uma análise documental sobre a participação do vespertino na crise política de 1954, como também de sua posição editorial no grande debate da estratégia econômica a ser adotada para o desenvolvimento do país.

Para suprir essa lacuna, empreendeu-se a presente pesquisa, de natureza qualitativa com escopo bibliográfico e de fonte de imprensa, realizada nos primeiros cadernos da seção Geral, entre as edições de 1951 a 1954. A investigação norteou-se pelas matérias referentes às propostas das duas principais agências econômicas do período, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Assessoria Econômica da Presidência. Por fim, analisou-se como o diário abordou os últimos momentos do Segundo Governo Vargas e seus desdobramentos.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa com escopo bibliográfico e de fonte de imprensa. Inicialmente empreendeu-se um levantamento da literatura especializada, no qual destacaram-se os títulos de Santos (2006) e Zicman (2012). Posteriormente, realizou-se o inventário, sistematização e análise das produções sobre a área metodológica em que o trabalho está disposto, “História da Imprensa”, campo-objeto “História através da Imprensa”. O órgão de imprensa, fonte e objeto de estudo neste trabalho, foi o jornal vespertino O Globo. Para analisar o material proveniente das matérias desse periódico, sobre o campo econômico do Segundo Governo Vargas, tomou-se como parâmetro os trabalhos de Abreu (1994), Lattman-Weltman (1994, 2008), Ferreira (1994) e Leopoldi (1994).

Em seguida, com as informações teóricas dispostas, realizou-se a investigação documental temática no acervo do vespertino, disponível no sítio eletrônico: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>, mediante assinatura mensal custeada pelos participantes. Utilizou-se, nessa etapa, o “Método de Análise de Conteúdo” concebido pela historiadora Renée Barata Zicman (2012). A coleta de material na fonte de imprensa foi direcionada às

propostas dos dois principais mecanismos econômicos do período, a Assessoria Econômica da Presidência (AEP), projetora de uma maior intervenção do Estado na economia e da substituição de importações para o estímulo à indústria nacional e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), defensora da participação de investimentos privados, externos e internos, nos diversos setores nacionais, bem como de uma política cambial flexível.

Em reuniões periódicas virtuais, a orientadora discutiu o conteúdo dos fichamentos e resenhas dos títulos arrolados no levantamento bibliográfico com o aluno, analisando seus dados bibliográficos, a linha de abordagem e o conteúdo dos textos - hipóteses, tese, fontes, interpretações, dados, informações, categorias e verbetes. Em relação à fonte documental, nos mesmos encontros, priorizou-se o conteúdo informativo e opinativo das edições temáticas providas da seção Geral, do primeiro caderno. Para a concretização da pesquisa foram utilizados os computadores e celulares pessoais da orientadora e do orientando.

Resultados e Discussão

A política econômica do período foi caracterizada por uma bifurcação denominada na literatura especializada como “ortodoxia e nacionalismo”, representada pelas duas agências principais responsáveis pela formulação e execução dos projetos apresentados no Segundo Governo: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e a Assessoria Econômica da Presidência (AEP).

Ambas correspondiam a duas linhas divergentes de planificação econômica desenvolvimentista, para Skidmore (1982), essa ambiguidade teria sido decorrente da tentativa governamental de conciliar os objetivos de desenvolvimento a curto e a longo prazo. Para a primeira ordem, havia-se como propósito o controle da inflação e o pagamento da dívida externa, para tanto, o governo lançava mão de instrumentos de diplomacia política econômica, com a entrada de capitais e interesses estrangeiros. Para o longo prazo, cujo objetivo era a industrialização nacional autônoma, Vargas aplicava medidas de incentivo nacional-desenvolvimentistas nos setores planejados.

A CMBEU, conforme Leopoldi (1994), se estabeleceu a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman, em 1950, visando, do lado brasileiro, a obtenção de assistência técnica a programas que trariam investimentos para o reequipamento econômico industrial e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias-primas estratégicas para o emprego no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953). A Comissão elaborou 41 projetos nas áreas de transporte, energia e indústria de base. O seu principal produto foi um banco focado no repasse e na administração desses recursos, denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A respeito da criação e institucionalização desse órgão, no dia 20 de junho de 1952, por meio da lei 1.628, o vespertino pontuou que “O presidente da República sancionou sexta-feira um dos atos legislativos que maior repercussão poderá ter no futuro do país” (O Globo. O destino do Banco de Desenvolvimento, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 1). Sendo expansivo ao apresentar a sua importância no projeto de “[...] se manter e incrementar a tradicional política de estreita cooperação com a América do Norte” (Cooperação e ajuda entre dois grandes povos, 20 de julho de 1952, Caderno 1, página 1). Por meio da CMBEU, segundo O Globo, o país atingiria uma “Nova era para a economia nacional”, título de sua edição em 01 de junho de 1953.

A forma como o governo Vargas atendeu a sua contrapartida financeira na CMBEU foi através do Plano de Reparcelamento Econômico, do ministro da Fazenda Horácio Lafer, apresentado ao Congresso em 8 de agosto de 1951. O seu objetivo era reparar a infraestrutura econômica do país, eliminando os pontos de estrangulamento em setores industriais. Dessa forma, esforçou-se por planejar e estimular medidas que criassem condições favoráveis a um maior surto de iniciativa privada. Sobre o mesmo, O Globo destacou que “Realmente, seria lamentável, e até mesmo impatriótico, retardar o reparcelamento do país” (O Globo. Abre-se o debate sobre o projeto Lafer, 25 de outubro de 1951, Caderno 1, página 6).

A Assessoria Econômica da Presidência começou a ser organizada em fevereiro de 1951, sob a direção do economista Rômulo Almeida, suas tarefas eram sintetizadas entre as do cotidiano da administração pública corrente - a análise de propostas legislativas e os despachos internos - e a atividade de fundo, a formulação de grandes projetos nacionais, como a Petrobrás e a Eletrobrás (SANTOS, 2006).

O projeto da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) foi desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) da AEP, responsável pelo Plano Geral de Industrialização, e apresentado no dia 6 de dezembro de 1951, através da Mensagem Presidencial n. 469/51. A nova empresa seria uma sociedade de economia mista, com a participação de capitais privados exclusivamente brasileiros, assim como estatais, responsáveis pela exploração e produção de óleo cru e pela administração das refinarias e da frota de navios petroleiros.

A respeito dessa organização econômica multiforme, O Globo denotou que “A sociedade mista é uma solução feliz que só não poderia agradar àqueles cujo escopo é o de nosso petróleo não constituir uma riqueza que tirará o país do seu pauperismo, sobre o qual os comunistas fazem a sua propaganda” (O Globo. O petróleo e as falsas injunções de popularidade, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 1).

Embora O Globo defendesse a política nacionalista (não aberta ao mercado externo) como a mais adequada e lógica naquele momento, o jornal apontava que, a médio e a longo prazo, não deveriam ser esquecidas as “[...] fortes razões que amparam a tese favorável à participação de capitais estrangeiros na exploração petrolífera. Capitais e técnicos de fora viriam dar um inegável impulso à pesquisa, exploração, refino e distribuição do nosso petróleo” (O Globo. Prevendo futuros conflitos, 10 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 1).

De forma menos longânime foi a reação do periódico no momento em que o Segundo Governo Vargas determinou o monopólio estatal do petróleo. O diário não poupou críticas ao novo modelo, enfatizando a

necessidade do capital particular participar do empreendimento: “O Sr. Getúlio Vargas abre um precedente perigoso num país que tudo espera da iniciativa privada. Além de dificultar a solução de um dos mais graves problemas que nos atormenta, que é o dos combustíveis líquidos.” (O Globo. O fim melancólico da batalha do petróleo, 3 de setembro de 1952, Caderno 1, página 1).

Em abril de 1954 foi enviado ao Congresso o quarto projeto da AEP, o qual previa a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), uma empresa holding de economia mista cujas ações ordinárias a União detinha 51%. O seu escopo dotava-se de uma estrutura centralizadora e de grande ingerência estatal na produção de energia, dessa forma, seguia a orientação nacional-desenvolvimentista, ao mesmo tempo que não impossibilitava o capital liberal, visto não ter proposto a estatização da categoria ou sequer a encampação das empresas privadas que já operavam na área.

Em um artigo intitulado “A propósito do Fundo Federal de Eletrificação”, O Globo aponta a importância da criação e do desenvolvimento de uma empresa voltada ao progresso energético do país, com a devida observação de que “[...] se torna imprescindível encorajar o capital privado em sua produção, transmissão e distribuição” (O Globo, 28 de outubro de 1953, Caderno 1, página 5).

Os conflitos entre as divergentes correntes econômicas para o desenvolvimento nacional, a liberal aliada à grande imprensa e a nacional-desenvolvimentista, encabeçada pelo Governo, ultrapassaram muitas vezes as manchetes jornalísticas, resultando em perseguições políticas (cujo principal responsável era o partido de oposição União Democrática Nacional), sanções comerciais externas e empastelamentos de edifícios públicos. O resultado final desse confronto, segundo Martins (2010), consubstanciou-se no suicídio de Getúlio.

O Globo, como todos os periódicos da grande imprensa, não havia concebido a possibilidade desse epílogo. Alguns dias antes do autocídio de Vargas, Carlos Lacerda, fundador e porta-voz do principal veículo antagonista ao Segundo Governo, a “Tribuna da Imprensa”, foi alvejado na porta de sua casa, em Copacabana, ao retornar de um comício eleitoral. O major Rubens Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que dava proteção ao jornalista, faleceu no local, enquanto Lacerda teve apenas um ferimento no pé (Abreu e Lattman-Weltman, 1994).

Esse acontecimento foi o maior instrumento utilizado para a reivindicação do encerramento do mandato getulista. No mesmo dia, os veículos da grande imprensa passaram a apresentar o ocorrido, buscando coletivizar a indignação moral do contexto político. No dia seguinte, segundo Ferreira (1994), a maioria desses jornais já havia aderido à requisição unânime e simultânea da renúncia governamental, pela tese do comprometimento direto do presidente.

O Globo não aderiu de imediato às demandas da grande imprensa em favor da destituição de Vargas, apesar disso, aborrou integralmente em suas páginas o rumo das investigações do atentado, o perfil dos responsáveis pelas apurações legais, a exposição dos principais suspeitos e as respectivas buscas e apreensões. Evidencia-se tal orientação em manchetes extraídas do primeiro caderno, seção Geral, ilustrativamente citam-se: “Novas revelações sobre o atentado”, de 08 de agosto, “Ganham as ruas os últimos acontecimentos políticos”, de 12 de agosto e “Preso Climério”, de 17 de agosto.

Apenas nos últimos momentos políticos de Vargas, em alguns dos editoriais entre os dias 21 a 24 de agosto, o vespertino acompanhou a solicitação editorial coletiva pela renúncia, apontando-a como instrumento resolutivo menos prejudicial frente à insustentabilidade final do governo. E ainda nesses momentos, o jornal não atribuiu a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado, preferindo acusar a inoperância investigativa de seus subordinados designados. Segundo Ferreira (1994), tal posicionamento se justifica mais em função de uma percepção acerca dos riscos advindos do impasse para o regime democrático do que expressamente em respeito à culpabilidade do presidente.

Diante do suicídio de Getúlio Vargas frente às coações circunstanciais econômicas e políticas, internas e externas, o diário trouxe como manchete principal no dia 24, em uma edição extra, as palavras do cardeal Jaime de Barros Câmara: “Deus venha em auxílio de todos nós e de nossa Pátria. Deus é insondável na sua misericórdia”. No dia 27, de maneira conciliadora e mediadora frente ao novo contexto político, O Globo afirmou que “Se é cedo para o arrolamento da enorme soma de serviços prestados à coletividade por Getúlio Vargas, muito mais é para uma conscienciosa avaliação dos seus erros” (O Globo. Filosofia da Crise, 27 de agosto de 1954, Caderno 1, página 1).

A análise dos primeiros cadernos de O Globo, na seção Geral, subsequentes ao suicídio de Vargas, corrobora a interpretação de Lattman-Weltman (2008) sobre a preferência do veículo pela aparente isentabilidade textual. À vista disso, verificaram-se matérias comedidas de análises e opiniões sobre a nova conjuntura política, nas quais adotou uma postura objetiva, procurando não esboçar emotividade. Nessas páginas, o vespertino também destacou os pronunciamentos e os preparativos para a posse de Café Filho, a qual foi retratada como o único caminho possível para um Estado juridicamente constituído. Ilustrativamente citam-se as seguintes manchetes: “O Presidente Café Filho receberá o povo, ao Palácio do Catete”, em 25 de agosto e “Parlamentares trabalhistas apoiam o novo governo”; no dia 26.

Diante desses fatos, pode-se inferir ser incompreensível a forte reação popular desencadeada contra O Globo nos dias subsequentes ao autocídio presidencial, refletida no apedrejamento de sua redação e no ateamento de fogo em seus veículos distribuidores. Entretanto, como informa Ferreira (1994), ainda que a empresa dos Marinheiros mantivesse um posicionamento moderado na mídia impressa, a qual alcançava um público mais seletivo, a Rádio Globo optava por uma postura mais radical, cedendo amplos espaços em sua programação para discursos incendiários de Lacerda contra o governante.

Dessa forma, fica esclarecida a motivação das represálias sofridas pelo jornal, decorridas das posições

de outro veículo de comunicação de massa da mesma empresa. Nesses episódios, prevaleceu a mensagem repassada na mídia de áudio, visto que alcançava o público mais popular, presumivelmente mais próximo do Presidente. Pode-se, assim, concluir que o jornal O Globo foi vítima da posição dúbia de seu conglomerado.

Conclusões

A análise apontou que O Globo cobriu amplamente os principais acontecimentos econômicos do período, dedicando colunas como “O Legislativo em ação” e “O Brasil em foco”, na seção Geral, do primeiro caderno, às exposições, exaltações e desaprovações das proposições executivas e legislativas. Nesses espaços, contextualizou seus argumentos integralmente sob o prisma da abertura econômica ao investimento estrangeiro. Por conseguinte, não pode ser catalogado como uma imprensa episódica.

O diário advogou pela entrada de recursos privados, internacionais e nacionais, nos setores industriais de base, de transporte e de energia, aprovando exaltadamente o Plano de Reaparelhamento de Lafer para o Brasil aderir à CMBEU. Assim como arguiu favoravelmente ao estabelecimento do BNDE, classificando-o como o mais importante órgão veiculador de recursos externos aos setores econômicos nacionais.

Com a mesma ênfase, O Globo desaprovou os monopólios estatais nos setores de energia elétrica e de combustíveis, como os projetos da Petróleo Brasileiro S.A. e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Nessas empresas, o jornal advogou pela participação dos capitais privados internos e externos (a curto ou a médio e a longo prazo), posicionando como solução ideal a economia mista, em que os interesses particulares possuíam um significativo espaço de articulação.

Em relação ao desfecho do mandato presidencial de Getúlio, verificou-se que O Globo se pautou pelos novos critérios de objetividade e mediação jornalística. Em suas páginas não dispôs acusações diretas a Vargas pelo atentado a Lacerda, e apenas nos últimos dias da crise empreendeu o apelo a sua renúncia, diferentemente dos demais veículos da grande imprensa. Por fim, tributou manchetes ponderadas ao suicídio do presidente, pregando a pacificação nacional e a continuidade democrática pela sucessão do seu vice, Café Filho.

Em suas páginas evidenciou-se um perfil liberal não monopolista favorável ao capital privado, de origem nacional e internacional, nas propostas planificadoras do desenvolvimento nacional, em conformidade com o disposto nas correntes interpretativas de Sodré (1983) e Skidmore (1982), sobre a oposição dos periódicos da grande imprensa à política econômica encabeçada por Getúlio em seu Segundo Governo. Da mesma forma, verificou-se uma posição de O Globo divergente aos demais jornais da mesma corrente, como o Correio da Manhã, o Diário Carioca e o Diário de Notícias, por respaldar o modelo misto para as empresas símbolos do desenvolvimentismo, mediando e buscando conciliar a significativa participação do capital particular com os interesses estatais.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. IN: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713>>.
- FERREIRA, Jorge Luiz. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, A. A. DE (Org.) *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em; <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18581>>.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” da capital federal (RJ) e a política econômica do segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2364/1/427638.pdf>>.
- LEOPOLDI, Maria. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- SANTOS, Renata Belzunces dos. *A Assessoria Econômica da Presidência da República: contribuição para a interpretação do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285524>>.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Tradução de Ismênia Tunes Dantas - 7º ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ZICMAN, Renée Barata. (2012). História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 4, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>>.